

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidades fabris em Indaial (SC) e Artur Nogueira (SP) e controladas em Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Munique (Alemanha) e Viena (Áustria).

1.1 Recuperação judicial

A Companhia ajuizou ação de recuperação judicial na data de 26/10/2012, tendo o feito sido distribuído à 2ª Vara Cível de Blumenau – SC, onde recebeu o nº 008.12.023674-2. A ação foi ajuizada em litisconsórcio facultativo ativo com as sociedades Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda.

No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, o qual foi homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30/10/2013.

No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores pelo Juízo responsável, houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA. Assim, os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012, ainda não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

A Companhia vem cumprindo certas obrigações do plano, com destaque para a quitação dos créditos trabalhistas no prazo de dois anos das suas habilitações e emissão de debêntures para os créditos quirografários.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras trimestrais

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As presentes informações financeiras, preparadas considerando a continuidade normal dos negócios, incluem:

Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações financeiras. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Informações financeiras individuais

As informações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as

normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações financeiras. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às informações contábeis separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, que no BR GAAP é feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria efetuada pelo custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota Explicativa nº 1 – Sucesso do plano de recuperação judicial.
- Notas Explicativas nº 9 e 10 - Depreciação e Amortização - vidas úteis e taxas e teste de impairment.
- Nota Explicativa nº 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - prazo de realização.
- Notas Explicativas nº 16 – Provisão para liquidação das obrigações tributárias - premissas de taxa de desconto utilizada e Contingências – expectativa de êxito/perda.
- Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do fair value.

e) Aprovação das demonstrações financeiras

As informações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 14 de março de 2017.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As Informações Financeiras consolidadas são compostas pelas Informações Financeiras da TEKA S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, apresentadas abaixo:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Participação (%)			
		31/12/16		31/12/15	
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 - c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

3.2 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, converte-se para fins de consolidação, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxas distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, como ajustes acumulados de conversão (CTA) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos forem alienados, no todo ou parcialmente.

As controladas no exterior definiram como sua moeda funcional a moeda corrente do país de origem.

As controladas no país utilizam o Real como moeda funcional.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O

valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Informações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Informações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 16 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável *impairment*

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens

reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 25%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 22%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 2,2%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 10,3%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes ou não circulantes.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia, hoje, não possui ações preferenciais por estar a mais de 03 anos sem distribuir lucros. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

3.20 Reconhecimento de receitas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.21 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa	9	9	18	10
Bancos Conta Movimento	272	277	291	320
Aplicações Financeiras	1	9	1	9
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	282	295	310	339

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e quando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Contas a receber de clientes e demais recebíveis – curto e longo prazo

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contas a Receber de Clientes MI	50.115	41.538	50.504	41.722
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes ME	4.954	3.227	4.971	3.248
Impairment (Provisão para Perdas)	(13.262)	(12.084)	(13.303)	(12.124)
Contas a Receber de Clientes	41.807	32.681	42.172	32.846
Outras Contas a Receber	2.788	2.736	3.226	3.147
Parcela Circulante	44.595	35.417	45.398	35.993
Contas a Receber de Clientes MI	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	29.752	27.476	30.538	28.251
Mutuos Empresas Ligadas	-	31	-	-
Outras Contas a Receber	4.008	4.008	4.008	4.008
Parcela Não Circulante	33.760	31.515	34.546	32.259
Total a Receber de Clientes	41.807	32.681	42.172	32.846
Total das Demais Contas a Receber	36.548	34.251	37.772	35.406
Total Geral	78.355	66.932	79.944	68.252

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos	6.167	3.552	6.235	3.583
A vencer em até 3 meses	32.303	24.591	32.600	24.725
A vencer entre 3 e 6 meses	3.337	4.538	3.337	4.538
Contas a Receber de Clientes	41.807	32.681	42.172	32.846

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a Receber por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Reais	37.250	30.031	37.598	30.175
US\$	4.557	2.650	4.557	2.650
Euros	-	-	17	21
Contas a Receber de Clientes	41.807	32.681	42.172	32.846

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Produtos Acabados	6.406	3.984	6.406	3.984
Impairment de produtos acabados	(1.323)	(1.333)	(1.323)	(1.333)
Produtos em Elaboração	5.376	5.855	5.376	5.855
Matérias Primas e Insumos	1.413	1.599	1.413	1.599
Outros Estoques	2.606	789	3.064	937
Total dos Estoques	14.478	10.894	14.936	11.042

Até 31/12/2016, R\$ 78 foram registrados no resultado como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 96 como reversão de perda até 31/12/2015), e R\$ 69 como ajuste a valor de mercado (R\$ 105 como ajuste a valor de mercado até 31/12/2015).

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
ICMS	64	12	252	126
Imposto de Renda	31	31	31	31
IPI	1.015	383	1.017	385
PIS/COFINS	-	-	81	23
Crédito Reintegra	365	365	365	365
Outros	18	-	272	256
Parcela Circulante	1.493	791	2.018	1.186
ICMS	85	87	85	87
Imposto de Renda	10.310	9.960	10.310	9.960
PIS/COFINS	2.133	2.057	2.133	2.057
INCRA	8.997	7.887	8.997	7.887
IRPJ/CSLL	580.533	526.274	580.533	526.274
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não Circulante	606.806	551.013	606.806	551.013

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

8. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2015	55.105
Equivalência patrimonial:	
Participação nos resultados	(7.068)
Participação no Patrimônio	
Ganhos ou perdas de capital	(51)
Aquisição de Investimentos	
Ajustes Acumulados de Conversão	(1.026)
Dividendos recebidos	
Em 31 de dezembro de 2016	46.960

Nome	País	Patrimônio			Receita Bruta	Resultado	Participação
		Ativos	Passivos	Líquido			
Em 31 de dezembro de 2015							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	65.502	24.643	40.859	-	(872)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	22	13	9	-	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	70.153	61.605	8.548	572	(5.264)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	5.809	22	5.787	33	(69)	99,0000%
		141.486	86.283	55.203	605	(6.206)	
Em 31 de dezembro de 2016							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	64.009	24.099	39.910	-	(949)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	15	7	8	-	2	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	68.733	66.324	2.409	1.982	(6.138)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	4.841	-	4.841	29	17	99,0000%
		137.598	90.430	47.168	2.011	(7.068)	

9. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Controladora	Terrenos	Edificações e Instalações	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Taxas de Depreciação		2%	10%			10%	20%	20%		
Em 31 de dezembro de 2014										
Custo	28.662	84.959	161.268	12.834	3.661	2.528	961	42	934	295.849
Dep. Acum. e Impairment		(25.121)	(82.861)	(12.030)	(3.403)	(2.333)	(633)	(14)		(126.395)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

[illegible]

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial
Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
Em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impairment									
Depreciação	(2.564)	(4.215)	(62)	(35)	(16)	(16)			(6.908)
Baixas da Depreciação		2.868	1	4		30			2.903
Saldo Final	46.724	89.878	109.543	833	239	230	307	28	3.026 250.808

Em 31 de dezembro de 2015

Custo	46.724	133.891	239.217	13.584	3.692	2.630	926	42	3.026	443.732
Dep. Acum. e Impairment		(44.013)	(129.674)	(12.751)	(3.453)	(2.400)	(619)	(14)		(192.924)
Valor líquido contábil	46.724	89.878	109.543	833	239	230	307	28	3.026	250.808

Saldo Inicial	46.724	89.878	109.543	833	239	230	307	28	3.026	250.808
Adições			1	3	9	53			1.016	1.082
Reavaliação										
Transferências			1.009						(1.009)	
Baixas			(3.593)					(41)		(3.634)
Transf. Mant. p/ Venda										
Impairment										
Depreciação		(2.564)	(3.921)	(47)	(28)	(17)	(13)			(6.590)
Baixas da Depreciação			2.799				36			2.835
Saldo Final	46.724	87.314	105.838	789	220	266	289	28	3.033	244.501

Em 31 de dezembro de 2016

Custo	46.724	133.891	236.634	13.587	3.701	2.683	885	42	3.033	441.180
Dep. Acum. e Impairment		(46.577)	(130.796)	(12.798)	(3.481)	(2.417)	(596)	(14)		(196.679)
Valor líquido contábil	46.724	87.314	105.838	789	220	266	289	28	3.033	244.501

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 240 milhões (R\$ 246 milhões em 2015).

10. Intangíveis

Consolidado	Direito e Uso	Softwares	Implantação ERP	Total
-------------	------------------	-----------	--------------------	-------

Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
---------------------------	---	---	---	--

Em 31 de dezembro de 2014

Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(700)	(364)	(6.637)	(7.701)
Valor líquido contábil	4	11	670	685

Saldo Inicial	4	11	670	685
Adições		2		2
Amortização	(4)	(4)	(83)	(91)
Saldo Final	-	9	587	596

Em 31 de dezembro de 2015

Custo	704	377	7.307	8.388
Amortização Acumulada	(704)	(368)	(6.720)	(7.792)
Valor líquido contábil	-	9	587	596

Saldo Inicial	-	9	587	596
Adições				
Amortização		(4)	(84)	(88)
Saldo Final	-	5	503	508

Em 31 de dezembro de 2016

Custo	704	377	7.307	8.388
Amortização Acumulada	(704)	(372)	(6.804)	(7.880)
Valor líquido contábil	-	5	503	508

11. Contas a pagar – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contas a Pagar a Fornecedores	356.099	308.294	358.120	310.143
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	356.099	308.294	358.120	310.143
Obrigações Sociais e Trabalhistas	699.861	653.700	730.438	682.899
Obrigações Fiscais	263.773	249.494	287.029	271.196
Dívidas com Pessoas Ligadas (Nota 17)	27.161	21.435	31.849	25.531
Outras Contas a Pagar	94.116	92.484	89.723	87.198
Parcela Circulante	1.441.010	1.325.407	1.497.159	1.376.967
Contas a Pagar a Fornecedores	59	250	59	250
Obrigações Sociais e Trabalhistas	94	-	827	-
Obrigações Fiscais	433	535	433	535
Dívidas com pessoas ligadas (Nota 17)	50.740	51.570	-	-
Outras Contas a Pagar	-	802	-	802
Parcela Não Circulante	51.326	53.157	1.319	1.587
Total a Pagar a Fornecedores	356.158	308.544	358.179	310.393
Total de Outras Contas a Pagar	1.136.178	1.070.020	1.140.299	1.068.161
Total Geral	1.492.336	1.378.564	1.498.478	1.378.554

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Aging List Contas a Pagar				
Vencidos	341.520	296.402	343.539	298.251
A vencer em até 3 meses	6.573	4.730	6.575	4.730
A vencer entre 3 e 6 meses	2.658	2.025	2.658	2.025
A vencer de 6 meses a 1 ano	5.348	5.137	5.348	5.137
A vencer acima de 1 ano	59	250	59	250
Contas a Pagar a Fornecedores	356.158	308.544	358.179	310.393

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	350.917	302.447	352.938	304.296
US\$	5.106	5.931	5.106	5.931
Euros	91	113	91	113
Franco Suíço	44	53	44	53
Contas a Pagar a Fornecedores	356.158	308.544	358.179	310.393

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens.

12. Obrigações sociais – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Obrigações Sociais e Trabalhistas	699.861	653.700	730.438	682.899
Parcela Circulante	699.861	653.700	730.438	682.899
Obrigações Sociais e Trabalhistas	94	-	827	-
Parcela Não Circulante	94	-	827	-

13. Obrigações fiscais – curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Obrigações Fiscais	263.773	249.494	287.029	271.196
Parcela Circulante	263.773	249.494	287.029	271.196
Obrigações Fiscais	433	535	433	535
Parcela Não Circulante	433	535	433	535

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Circulante				
Capital de Giro	195.795	158.631	195.795	158.631
RAET	9.596	9.003	9.596	9.003
BRDE	5.408	4.775	5.408	4.775
FINEP	115.823	102.879	115.823	102.879
BNDES	38.624	34.325	38.624	34.325
Bancos Diversos	52	164	152	170
Debentures	59.718	54.591	59.718	54.591
	425.016	364.368	425.116	364.374
Não-Circulante				
Capital de Giro	525	-	525	-
Debentures	1.034	-	1.034	-
	1.559	-	1.559	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	426.575	364.368	426.675	364.374

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***Taxas**

Capital de Giro	CDI+0,90% a 1,20% a.m. / 1% a 12% a.m. / 1%+IGPM / INPC+
RAET	TR + 6,0% a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDES	INPC + 12% a.a.
Debêntures	INPC + 6% a.a. / TJLP + 1,5% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Por Data de Vencimento				
Vencidos	369.964	324.057	369.964	324.063
Em até 6 meses	51.217	40.311	51.317	40.311
De 6 meses a 1 ano	3.835	-	3.835	-
De 1 a 2 anos	1.559	-	1.559	-
	426.575	364.368	426.675	364.374

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Por Tipo de Moeda				
Reais	424.585	362.771	424.685	362.777
US\$	1.990	1.597	1.990	1.597
	426.575	364.368	426.675	364.374

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 240 milhões (R\$ 246 milhões em 2015).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016, a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante de R\$ 1.034 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

A respeito das Debêntures já existentes antes da Recuperação Judicial, em virtude do não reconhecimento dos efeitos do Plano nas Demonstrações Contábeis, conforme citado na nota explicativa 1.1., estas estão classificadas na rubrica Debentures no Curto prazo.

15. Imposto de renda e contribuição social**a) Impostos diferidos**

Em 31 de dezembro de 2016 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Provisão IRPJ	-	-	6.493	6.057
Provisão CSLL	-	-	3.648	3.404
Total Passivo Circulante	-	-	10.141	9.461
IRPJ sobre diferenças temporárias	29.344	28.535	50.574	50.022
CSLL sobre diferenças temporárias	10.442	10.152	18.085	17.887
Total Passivo Não Circulante	39.786	38.687	68.659	67.909

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

a) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado				
Resultado antes dos impostos	(132.854)	(129.157)	(133.203)	(129.082)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabiliza	45.170	43.913	45.289	43.888
Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva Reavaliação	-	-	518	329
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo Atribuído	198	218	333	379
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão Vida Útil	(1.296)	(1.510)	(1.600)	(2.076)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(1.098)	(1.292)	(749)	(1.368)

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

A posição em 31 de dezembro de 2016 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Em 31 de dezembro de 2015	211.264	14.340	20.007	2.113	247.724
Constituída durante o período		12.393			12.393
Atualização	14.494	1.617	89		16.200
Provisões utilizadas		(10.886)			(10.886)
Reclassificações					
Em 31 de dezembro de 2016	225.758	17.464	20.096	2.113	265.431

	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Parcela de Curto Prazo	9.591	6.204			15.795
Parcela de Longo Prazo	201.673	8.136	20.007	2.113	231.929
Em 31 de dezembro de 2015	211.264	14.340	20.007	2.113	247.724
Parcela de Curto Prazo	9.986	7.712			17.698
Parcela de Longo Prazo	215.772	9.752	20.096	2.113	247.733
Em 31 de dezembro de 2016	225.758	17.464	20.096	2.113	265.431

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes**FISCAIS****ICMS**

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS**- INSS**

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

- TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Depósitos Judiciais	29.752	27.476	30.538	28.251
Parcela Não Circulante	29.752	27.476	30.538	28.251

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2016, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INSS/SAT/Salário Educação - Imunidade	213.928
PIS e COFINS sobre ICMS	78.423
Créditos de INSS/FGTS	63.213
Eletrobrás	58.836
	<u>414.400</u>

17. Partes relacionadasComposição

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	Encargos
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	2.455	3.821	-
Teka Fiação Ltda.	-	-	46.228	46.487	-
Teka Têxtil S.A.	-	-	2.057	1.262	-
Monte Claro Part. Serv. Ltda.	22.750	17.987	-	-	103 % CDI
Cell Participação e Adm.Ltda	4.325	3.379	-	-	103 % CDI
RMMF Particip. Ltda.	86	69	-	-	103 % CDI
	27.161	21.435	50.740	51.570	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas, para 2016 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Remuneração do Conselho de Adm.	770	992	770	992
Remuneração do Conselho Fiscal	123	116	123	116
Remuneração da Diretoria	1.104	1.091	1.104	1.091
	<u>1.997</u>	<u>2.199</u>	<u>1.997</u>	<u>2.199</u>

Neste grupo estão conselheiros de Administração e Fiscal, assim como os Diretores.

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas de reavaliação

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

19. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(89.249)	(86.915)	(89.249)	(86.916)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(44.703)	(43.534)	(44.703)	(43.534)
	(133.952)	(130.449)	(133.952)	(130.450)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
Total	503	503	503	503
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(266,22413)	(259,26206)	(266,22413)	(259,26404)
Ação ordinária	(266,22413)	(259,26206)	(266,22413)	(259,26404)

20. Receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Vendas Mercado Interno	176.455	162.097	175.955	161.874
Vendas Mercado Externo	22.307	13.337	22.307	13.337
Receita Operacional Bruta	198.762	175.434	198.262	175.211
(-) Impostos Sobre Venda	(39.772)	(33.667)	(39.643)	(33.609)
Receita Operacional Líquida	158.990	141.767	158.619	141.602

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Depreciação e amortização	4.445	4.670	6.678	6.999
Despesas com folha de pagamento	63.131	59.574	63.526	59.653
Matéria-Prima e materiais gerais	79.839	60.647	79.869	60.501
Fretes, comissões e demais despesas variáveis	14.237	12.728	14.218	12.696
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.068	6.206	-	-
Financeiras Líquidas	139.322	127.950	143.924	132.103
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(15.100)	441	(15.644)	100
	292.942	272.216	292.571	272.052

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	122.730	100.980	124.637	103.149
Despesas com vendas	25.209	23.757	25.829	23.891
Despesas gerais e administrativas	13.713	12.882	13.825	13.009
Despesas/receitas financeiras	139.322	127.950	143.924	132.103
Equivalência Patrimonial	7.068	6.206	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(15.100)	441	(15.644)	100
	292.942	272.216	292.571	272.252

22. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Despesas Financeiras				
Atualização Monetária	(80.297)	(77.465)	(84.703)	(81.334)
Encargos Financeiros	(103.028)	(83.891)	(103.244)	(84.116)
Variação Cambial	2.211	(4.550)	2.211	(4.550)
Outras Despesas Financeiras	(4.617)	(3.602)	(4.654)	(3.707)
Total Despesas Financeiras	(185.731)	(169.508)	(190.390)	(173.707)
Receitas Financeiras				
Juros s/Duplicatas	205	239	205	239
Variação Cambial	(570)	1.010	(569)	1.010
Outras Receitas Financeiras	46.774	40.309	46.830	40.355
Total Receitas Financeiras	46.409	41.558	46.466	41.604
Resultado Financeiro Líquido	(139.322)	(127.950)	(143.924)	(132.103)

23. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas operacionais				
Crédito PIS/COFINS	1	2	1	4
Aproveitamento Créd.Prej.Fiscais	30.830	27.307	30.830	27.307
Crédito Reintegra	-	93	-	93
Venda de Bens	36	204	831	950
Outras Receitas	30	106	34	106
	30.897	27.712	31.696	28.460

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***Despesas operacionais**

Ajuste a valor recuperável dos estoques	10	(9)	10	(9)
Ajuste Ociosidade	(10.467)	(21.992)	(10.467)	(21.992)
Custo dos Bens Vendidos	(73)	(63)	(800)	(272)
Outras despesas	(4.169)	(4.797)	(4.046)	(4.719)
	(14.699)	(26.861)	(15.303)	(26.992)

24. Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Salários	45.115	42.651	45.440	42.716
13º. Salário	3.849	3.680	3.869	3.683
Férias	4.846	4.342	4.863	4.345
Vale-Transporte	723	608	724	608
Custos previdenciários e FGTS	8.990	8.335	9.091	8.353
Alimentação	2.333	2.102	2.342	2.103
Outros benefícios	169	120	169	120
	66.025	61.838	66.498	61.928

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/16	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	4.557	4.613	4.753	4.892
	4.557	4.613	4.753	4.892
Passivos				
Dívida Bancária	1.990	2.014	2.075	2.137
Fornecedores do Mercado Externo	5.106	5.169	5.325	5.482
	7.096	7.183	7.400	7.619
Exposição Líquida - R\$ Mil	2.539	2.570	2.647	2.727
Exposição Líquida - US\$ Mil	779	779	779	779
Taxa Dólar	3,26	3,30	3,40	3,50

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/12/16	Cenário I	Risco
Passivos - Controladora			
Dívida Bancária por Taxa:			
CDI	5	0	Alta CDI
TR	9.596	96	Alta TR
TJLP	122.265	1.223	Alta TJLP
INPC	100.387	1.004	Alta INPC
Outros	194.322	1.943	
	426.575	4.266	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2016 e 31/12/2015, são apresentados a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		282	282	Fornecedores		356.158	356.158
Aplicações financeiras				Empréstimos e Financ.		426.575	426.575
Contas a receber		41.807	41.807				
Total		42.089	42.089	Total		782.733	782.733

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		295	295	Fornecedores		308.544	308.544
Aplicações financeiras				Empréstimos e Financ.		364.368	364.368
Contas a receber		32.681	32.681				
Total		32.976	32.976	Total		672.912	672.912

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	158.990	6.251	1.529	166.770
Receita entre Segmentos	(1.871)	(6.251)	(29)	(8.151)
Receita de Clientes Externos	157.119	-	1.500	158.619
Depreciação e Amortização	(4.445)	(661)	(1.572)	(6.678)
Receitas Financeiras	46.409	9	48	46.466
Despesas Financeiras	(185.690)	(4.603)	(97)	(190.390)
Provisão IRPJ e CSLL	(1.098)	(195)	544	(749)
Resultado Líquido do Período	(126.800)	(5.472)	(1.680)	(133.952)
Ativo Total	867.494	17.775	64.313	949.582
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	1.034	-	48	1.082
Passivo Total	867.494	17.775	64.313	949.582

Em 31 de dezembro de 2015	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	141.767	6.475	455	148.697
Receita entre Segmentos	(588)	(6.475)	(32)	(7.095)
Receita de Clientes Externos	141.179	-	423	141.602
Depreciação e Amortização	(4.670)	(735)	(1.594)	(6.999)
Receitas Financeiras	41.558	7	39	41.604
Despesas Financeiras	(169.597)	(4.091)	(19)	(173.707)
Provisão IRPJ e CSLL	(1.292)	(250)	174	(1.368)
Resultado Líquido do Período	(124.202)	(5.130)	(1.118)	(130.450)
Ativo Total	799.559	18.445	65.753	883.757
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	3.737	-	2	3.739
Passivo Total	799.559	18.445	65.753	883.757

27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. O valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que

apresentado no ano anterior, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos Ativos (Impairment)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2015	(12.084)	(1.333)		(12.124)	(1.333)	
Constituições (resultado)	(29.136)	(1.686)	-	(29.137)	(1.686)	-
Reversões (resultado)	27.958	1.696	-	27.958	1.696	-
Em 31 de dezembro de 2016	(13.262)	(1.323)	-	(13.303)	(1.323)	-

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias.

* * * * *